

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

<i>Do “periculum in mora” inverso (reverso)</i> Reis Friede	15
<i>Aposentadoria especial por exposição a ruído: a controvérsia quanto aos limites aplicáveis no período de 06/03/1997 a 18/11/2003</i> Marcus Orione Gonçalves Correia e Joabe dos Santos Souza.....	43
<i>O tráfico de pessoas no Direito Internacional</i> Etiene Coelho Martins	63
<i>Responsabilidade civil pela perda de uma chance: análise doutrinária e jurisprudência atual do STJ</i> Carolina Castro Costa	75

JURISPRUDÊNCIA

UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

<i>Conflito de competência entre Juizados Especiais Federais. Impossibilidade de redistribuição de das ações em curso. Aprovação do enunciado da Súmula nº 36 do TRF da 3ª Região. CC 0011900-67.2014.4.03.0000</i> Desembargador Federal Baptista Pereira.....	95
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

DIREITO ADMINISTRATIVO

<i>Ação Civil Pública. Programa de prevenção de acidentes e de educação e segurança no trânsito. Repasse de recursos. Interesse difuso e coletivo. Responsabilidade objetiva do município.</i> AC 0004680-04.2003.4.03.6111 Desembargadora Federal Mônica Nobre	101
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Ação Civil Pública. Improbidade administrativa. Retenção de cartões bolsa escola/bolsa família. Recebimento de benefício indevidamente.

AC 0004922-36.2007.4.03.6106

Desembargadora Federal Alda Basto..... 108

Ensino superior. Abono de faltas e realização de prova substitutiva. Atestado médico de gravidez de risco. Direito da impetrante.

AMS 0024917-82.2009.4.03.6100

Desembargador Federal Nery Júnior..... 125

Processo administrativo. Comprovado duplo domicílio (Brasil-Paraguai). Possibilidade de livre deslocamento. Pena de perdimento incabível.

Ag AMS 0001098-73.2010.4.03.6006

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 128

Concurso para provimento de vaga do cargo de técnico judiciário. Área administrativa. Subseção judiciária em São José dos Campos. Alegação de existência de novas vagas e direito à nomeação em decorrência do chamamento para realizar exames médicos.

MS 0009931-85.2012.4.03.0000

Desembargadora Federal Cecília Marcondes 133

Recurso Administrativo. Impugnação à decisão do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região proferida em sede recursal. Impossibilidade. Não conhecimento.

RPADServ 0026183-66.2012.4.03.0000

Desembargador Federal Newton De Lucca 140

Concurso público para provimento de vagas ao cargo de escrivão da polícia federal. Avaliação psicológica. Inaptidão. Ausência de ilegalidade.

Ag AI 0014045-96.2014.4.03.0000

Desembargador Federal Nelton dos Santos..... 144

PAD. Servidor. Cassação de aposentadoria. Penalidade desproporcional e desarrazoada.

AI 0016219-78.2014.4.03.0000

Desembargador Federal Antonio Cedenho..... 148

Ação Civil Pública. Conselho Regional de Enfermagem. Transporte de passageiros em ambulância. Necessidade de enfermeiro na tripulação.

AI 0030200-77.2014.4.03.0000

Desembargador Federal Johansom Di Salvo..... 156

Suspensão de Tutela Antecipada. Cirurgia de transplante de intestino. Internação e tratamento em hospital em Miami.

SLAT 0031349-11.2014.4.03.0000

Desembargador Federal Fábio Prieto 160

DIREITO CIVIL

- Requerimento administrativo de benefício previdenciário. Demora na apreciação. Danos morais. Verba honorária.*
 AC 0007475-46.2009.4.03.6119
 Desembargador Federal Márcio Moraes.....167

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Guardas municipais. Porte de arma. Estatuto do desarmamento. Municípios com menos de 50.000 habitantes. Impossibilidade. Discricionariedade do legislador. Ausência de violação do princípio da isonomia. Autorização do constituinte.*
 AC 0020087-34.2013.4.03.6100
 Desembargadora Federal Marli Ferreira175

DIREITO PENAL

- Crimes de contrabando de componentes de munição, tráfico internacional de armas e munições e moeda falsa. Internação no país de armas e munições sem autorização do comando do exército. Concurso formal impróprio entre os crimes de tráfico de arma e moeda falsa.*
 ACr 0002235-59.2011.4.03.6005
 Desembargador Federal Luiz Stefanini181

- Fraude à licitação. Contrabando. Propriedade das mercadorias. Irrelevância. Princípio da insignificância. Inaplicável.*
 ACr 0010685-79.2011.4.03.6105
 Desembargador Federal Paulo Fontes 190

- Tráfico internacional de drogas. Estado de necessidade. Não comprovado. Absolvição. Impossibilidade. Atenuante de confissão espontânea. Incidência. Causa de diminuição de pena de delação premiada. Configurada. Causa de diminuição de pena do artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006 (organização criminosa). Impossibilidade. Causa de aumento de pena da transnacionalidade. Incidência.*
 ACr 0010977-85.2012.4.03.6119
 Desembargador Federal Marcelo Saraiva..... 201

- Roubo. Consumação. Corrupção de menores. Sujeito passivo. Regime inicial de cumprimento de pena.*
 ACr 0006390-62.2013.4.03.6126
 Desembargador Federal Peixoto Junior 221

Importação de sementes de “cannabis sativa”. Sementes de maconha não constituem matéria-prima. Objeto material do delito. Conduta atípica.

RSE 0008881-71.2013.4.03.6181

Desembargador Federal José Lunardelli..... 227

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Pensão por morte. Filho maior. Benefício devido somente até o pensionista atingir 21 anos de idade. Recurso repetitivo.

AC 0002252-44.2001.4.03.6103

Desembargador Federal Toru Yamamoto..... 241

Revisão de benefício. Enquadramento como atividade especial. Frentista. Vigia. Termo inicial dos efeitos financeiros.

Ag AC 0034995-59.2001.4.03.9999

Desembargador Federal Fausto De Sanctis..... 245

Pensão por morte. Ausência de intervenção Ministerial na Segunda Instância. Ausência de prejuízo ao menor. Termo inicial do benefício da companheira. Data do requerimento administrativo.

Ag AC 0006421-50.2006.4.03.9999

Juíza Federal Convocada Denise Avelar..... 249

Exposição a ruído. Utilização de equipamento de proteção individual. Reconhecimento de atividade especial. Possibilidade.

EI 0007387-61.2006.4.03.6103

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta 252

Pensão por morte. Pais destituídos do poder familiar. Manutenção da obrigação de prestar alimentos. Dependência econômica para fins previdenciários.

AC 0053352-43.2008.4.03.9999

Desembargadora Federal Lucia Ursaia..... 265

Embargos de Declaração. Competência para julgamento da Turma. Artigo 16, I, “b”, do Regimento Interno deste TRF. Omissão. Caracterização. Efeitos infringentes. Benefício assistencial. Portador de deficiência. Requisitos preenchidos.

EDcl AC 0001457-94.2009.4.03.6123

Desembargador Federal David Dantas..... 269

Benefício de prestação continuada. Convenção de Nova Iorque. Conceito de deficiência. Obstrução da participação social do indivíduo. Processo de inconstitucionalização. Hipossuficiência econômica. Comprovação.

EI 0010842-44.2010.4.03.9999

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 278

Pensão por morte. Qualidade de segurado. Sentença homologatória de acordo trabalhista. Existência de elementos que comprovam o período trabalhado. Contribuições previdenciárias vertidas.

Ag ApelReex 0005553-32.2011.4.03.6108

Desembargador Federal Gilberto Jordan296

Embargos Infringentes. Decadência. Desaposentação.

EI 0017496-13.2011.4.03.9999

Desembargador Federal Souza Ribeiro304

Reconhecimento de período exercido como especial. Ruído. EPI.

Ag AC 0035906-85.2012.4.03.9999

Desembargadora Federal Tânia Marangoni311

Desaposentação. Decadência. Devolução dos valores. Impossibilidade. Constitucionalidade do artigo 18, § 2º, da Lei nº 8.213/1991. Renúncia não configurada.

AC 0042285-08.2013.4.03.9999

Juíza Federal Convocada Vanessa Mello317

Salário-maternidade. Empregada urbana. Reconhecimento de vínculo laboral por homologação de acordo na justiça do trabalho. Qualidade de segurada não demonstrada.

Ag AC 0018174-23.2014.4.03.9999

Desembargador Federal Paulo Domingues 337

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ação Rescisória. Prazo para contestar. Preclusão. Reconhecimento da atividade rural. Concessão de aposentadoria por tempo de serviço. Ilegitimidade passiva no feito subjacente. Não ocorrência. Tempo de serviço junto ao Regime Geral de Previdência Social sem utilização do instituto da contagem recíproca. Violação de lei. Inocorrência. Impossibilidade de reexame.

AR 0021553-50.2001.4.03.0000

Desembargadora Federal Daldice Santana.....345

Ação Civil Pública. Legitimidade passiva da união. Competência da justiça federal. Veiculação do programa "Show do Tom". Conteúdo discriminatório.

AI 0014188-27.2010.4.03.0000

Desembargador Federal André Nabarrete354

Revisão de benefício. Julgamento por decisão monocrática. Pagamento administrativo. Ação civil pública. Carência da ação. Extinção do processo sem resolução do mérito.

Ag AC 0004403-27.2013.4.03.6114

Juiz Federal Convocado Valdeci dos Santos.....359

Aposentadoria por tempo de contribuição. Revisão da renda mensal inicial. Valor atribuído à causa excessivamente elevado. Adequação à pretensão deduzida em juízo. Alteração de ofício. Matéria de ordem pública. Ilegalidade ou abuso de poder inexistentes.

Ag AI 0025416-57.2014.4.03.0000

Desembargadora Federal Marisa Santos 363

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tentativa de furto qualificado. “Emendatio libelli”. Materialidade, autoria e dolo comprovados. Crime impossível não verificado. Desmembramento de processo. Corréu denunciado pelo mesmo fato e condenado por tentativa de estelionato. Ausência de circunstância que justifique o tratamento diferenciado. “Habeas corpus” concedido de ofício.

ACr 0002331-45.2010.4.03.6123

Desembargador Federal Cotrim Guimarães.....371

Revisão Criminal. Cabimento. Uso de documento falso. Passaporte usado na imigração, emigração e perante a Polícia Federal. Materialidade, autoria e dolo comprovados. Desclassificação incabível. Dosimetria reformada. Erro no cálculo.

RvC 0010994-14.2013.4.03.0000

Desembargadora Federal Cecilia Mello 376

“Habeas Corpus”. Trancamento de ação penal. Crimes contra a ordem tributária, falsificação de documento, fraude à execução e associação criminosa. Súmula Vinculante nº 24. Inaplicabilidade para os crimes não tributários imputados aos pacientes.

HC 0002958-46.2014.4.03.0000

Desembargador Federal Hélio Nogueira 385

Mandado de Segurança. Direito líquido e certo. Constatação de plano. Necessidade. Assistente. Ordem dos Advogados do Brasil. Preenchimento dos requisitos processuais. Exigibilidade.

MS 0015936-55.2014.4.03.0000

Desembargador Federal André Nekatschalow 394

“Habeas Corpus”. Delito de dano qualificado. CEF. Empresa pública. Impossibilidade de desqualificação para dano simples.

HC 0024931-57.2014.4.03.0000

Desembargador Federal Nino Toldo 402

“Habeas Corpus”. Artigo 273, § 1º, b, do CP. Quantidade excessiva de medicamentos apreendidos. Indícios de comercialização. Presença dos requisitos previstos nos artigos 312 e 282, I e II, do CPP. Ordem denegada.

HC 0032137-25.2014.4.03.0000

Desembargador Federal Maurício Kato.....406

DIREITO TRIBUTÁRIO

PIS e COFINS. Faturamento. Taxa de administração de cartão de crédito e de débito. Base de cálculo. Exclusão. Impossibilidade.
AC 0000510-93.2011.4.03.6115
Desembargador Federal Mairan Maia.....411

Execução fiscal. Suspensão. Recuperação judicial. Ativos financeiros. Construção.
AI 0011959-26.2012.4.03.0000
Juiz Federal Convocado Carlos Delgado..... 416

Aduaneiro. Imunidade do artigo 150, VI, d, da Constituição Federal. “E-readers”. Alegação de que seriam equiparáveis a livros em papel. Características e funcionalidades do equipamento, que extrapolam o conceito de mero leitor de livro digital.
Ag AI 0030939-50.2014.4.03.0000
Desembargador Federal Carlos Muta420

SENTENÇAS

Ação Civil Pública. Realização de sorteios televisivos. Portarias nº 413/1997 e 1.285/1997 do Ministério da Justiça. Participação das rés pessoas privadas nos resultados dos sorteios televisivos via telefone “0900”. Devolução de valores às entidades filantrópicas participantes.
0001049-61.1998.4.03.6100
Juiz Federal Tiago Bologna Dias 431

Auxílio-doença/Aposentadoria por invalidez. Handicap. Incapacidade permanente. Patologia congênita. Alegação de incapacidade preexistente. Concessão de auxílio-acidente.
0001059-72.2012.4.03.6308
Juiz Federal Tiago Bitencourt de David456

Pensão especial vitalícia (Lei nº 7.070/1982). Síndrome da Talidomida. Indenização por danos morais.
0000436-04.2013.4.03.6007
Juiz Federal Fábio Rubem David Müzel..... 461

Ação Civil Pública. Ordem administrativa para abate de animais alimentados com forragens contendo subprodutos proibidos. Pleito de ordem judicial para adoção de medidas coercitivas. Ausência de interesse processual. Hipótese de auto-executoriedade dos atos administrativos.
0000933-97.2014.4.03.6131
Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite 467

Construção de via de interligação entre a área urbanizada da Universidade Federal de São Carlos e o Instituto Federal de São Paulo. Processo administrativo de autorização para supressão de vegetação nativa (bioma cerrado). Alternativas técnicas e locacionais.
0002428-30.2014.4.03.6115

Juiz Federal Leonardo Estevam de Assis Zanini.....471

ANEEL. Ilegalidade da instrução normativa. Desobrigação do Município quanto ao recebimento do sistema de iluminação pública registrado como “ativo imobilizado em serviço – AIS”.

0002435-31.2014.4.03.6112

Juiz Federal Bruno Santhiago Genovez..... 476

SÚMULAS..... 485